

Feminismo e literatura no Brasil

CONSTÂNCIA LIMA DUARTE

Por que a ciência nos é inútil?
Porque somos excluídas dos encargos públicos.
E por que somos excluídas dos cargos públicos?
Porque não temos ciência.

Nísia Floresta

Introdução

ESTA REFLEXÃO é fruto de um projeto de pesquisa intitulado “Literatura e feminismo no Brasil: trajetórias e diálogos”, que ora desenvolvo. A idéia é antiga e sempre esteve em minhas investigações, pois, à medida que delineava o percurso das mulheres na literatura brasileira, buscava sempre identificar os pontos comuns com o movimento feminista e mais representativos de um possível diálogo entre eles. Neste projeto busco – em ensaios, romances e poemas – a interiorização da perspectiva feminista, sua inserção na prática literária de nossas escritoras e, ainda, a historicização do conceito. O presente texto contém os primeiros resultados da pesquisa, assim como uma proposta de compreensão do movimento feminista no país.

O tabu do feminismo

Diferente do que ocorre em outros países, existe entre nós uma forte resistência em torno da palavra “feminismo”. Se lembrarmos que feminismo foi um movimento legítimo que atravessou várias décadas, e que transformou as relações entre homens e mulheres, torna-se (quase) inexplicável o porquê de sua desconsideração pelos formadores de opinião pública. Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher freqüentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser.... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente.

Mas se esta foi a vitória do movimento feminista, sua grande derrota, a meu ver, foi ter permitido que um forte preconceito isolasse a palavra, e não ter conseguido se impor como motivo de orgulho para a maioria das mulheres. A reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d’água, o oposto de “feminina”. Provavelmente, por receio de serem rejeitadas ou de fica-

rem “mal vistas”, muitas de nossas escritoras, intelectuais, e a brasileira de modo geral, passaram enfaticamente a recusar tal título. Também é uma derrota do feminismo permitir que as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres de antigamente que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível um relacionamento justo entre os sexos.

As ondas do feminismo

Mas se a história do feminismo não é muito conhecida, deve-se também ao fato de ser pouco contada. A bibliografia, além de limitada, costuma abordar fragmentariamente os anos de 1930 e a luta pelo voto, ou os anos de 1970 e as conquistas mais recentes. Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé.

Penso que o “feminismo” poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais desta luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas.

Considerando que essa história teve início nas primeiras décadas do século XIX – o momento em que as mulheres despertam do “sono letárgico em que jaziam”, segundo Mariana Coelho¹ –, quero sugerir a existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo brasileiro². Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas, que começam difusas e imperceptíveis e, aos poucos (ou de repente) se avolumam em direção ao clímax – o instante de maior envergadura, para então refluir numa fase de aparente calma, e novamente recomeçar.

As décadas em que esses momentos-onda teriam obtido maior visibilidade, na minha avaliação, ou seja, em que estiveram mais próximos da concretização de suas bandeiras, seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970. Foram necessários, portanto, cerca de cinquenta anos entre uma e outra, com certeza ocupados por um sem número de pequenas movimentações de mulheres, para permitir que as forças se somassem e mais uma vez fossem capazes de romper as barreiras da intolerância, e abrir novos espaços.³ Em cada um deles, identifico algumas escritoras feministas, à guisa de ilustração.

Primeira onda: as primeiras letras

Quando começa o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua grande maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não podia ser outra senão o

direito básico de aprender a ler e a escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas com as prendas domésticas. E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. Concordo com Zahidé Muzart quando afirma que

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente⁴.

O nome que se destaca nesse momento é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, que residiu em Recife, Porto Alegre e Rio de Janeiro, antes de se mudar para a Europa, e que teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada “grande” imprensa. Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. Este livro, inspirado principalmente em Mary Wollstonecraft (Nísia declarou ter feito uma “tradução livre” de *Vindications of the Rights of Woman*), mas também nos escritos de Poulain de la Barre, de Sophie, e nos famosos artigos da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, de Olympe de Gouges, deve, ainda assim, ser considerado o *texto fundante* do feminismo brasileiro, pois se trata de uma nova escritura ainda que inspirado na leitura de outros. Pode também ser lido como uma resposta brasileira ao texto inglês: nossa autora se colocando em pé de igualdade com a Wollstonecraft e o pensamento europeu, e cumprindo o importante papel de elo entre as idéias estrangeiras e a realidade nacional.

Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a idéia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma, “são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na *alma*”. Ou as desigualdades que resultam em inferioridade “vêm da educação e circunstâncias de vida”, argumenta, antecipando a noção de gênero como uma construção sociocultural. Segundo a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina, e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada. São idéias suas:

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nas-

ceiros para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens. Tudo isto é admirável e mesmo um mulçumano não poderá avançar mais no meio de um serralho de escravas⁵.

Nísia Floresta não realiza, insisto, uma tradução no sentido convencional do texto da feminista, ou de outros escritores europeus, como muitos acreditaram. Na verdade, ela empreende uma espécie de *antropofagia libertária*: assimila as concepções estrangeiras e devolve um produto pessoal, em que cada palavra é vivida e os conceitos surgem extraídos da própria experiência⁶.

E aqui está a marca diferenciadora deste momento histórico: a nossa primeira onda, mais que todas as outras, vem de fora, de além mar, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, e feito a tradução cultural das novas idéias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira. Ao se apropriar do texto europeu para superá-lo, ela se insere numa importante linhagem antropofágica da literatura brasileira, que desde Gregório de Matos estava inaugurada. Na deglutição geral das idéias estrangeiras, era comum promover-se uma acomodação das mesmas ao cenário nacional, e é o que ela faz. Tanto que o título de seu livro contém não apenas a idéia dos *rights of woman*, mas também “a injustiça dos homens”.

No último capítulo de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, encontra-se o desvio mais acentuado em relação aos *originais* europeus. Após longa argumentação a respeito da capacidade e da superioridade femininas, Nísia termina dizendo que não tinha intenção de “revoltar pessoa alguma contra os homens”, e muito menos “transformar a ordem presente das coisas”. Ou seja: não endossa a revolução proposta pelos pensadores, e sentia-se satisfeita em provar que seu sexo “não é tão desprezível”, e que as mulheres eram “capazes de tanta grandeza d’alma como os melhores desse sexo orgulhoso”. Esse recuo (que à primeira vista poderia parecer uma contradição) merece ser analisado também como estratégia e consciência da realidade. Afinal, o momento brasileiro impunha não o clamar por revoluções, mas por pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino com relação à mulher. A autora revela (apesar de sua pouca idade) ter consciência da defasagem cultural, social e política existente entre a Europa e o Brasil. Enquanto lá as vindicações se faziam sob a forma de crítica a uma educação já existente, aqui as solicitações eram ainda as primárias, pois mesmo a alfabetização mais superficial esbarrava em toda sorte de preconceitos. Nossas mulheres precisavam, primeiro, ser consideradas seres pensantes, para então, depois, pleitear a emancipação política⁷.

E, em 1832, eram raras as mulheres brasileiras *educadas* e, em menor número ainda, as escritoras. A mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), eram algumas dessas exceções hoje conhecidas⁸. Mesmo

entre os chamados “jornais femininos”, apenas existiam uns poucos periódicos dirigidos por homens mais sensíveis às mudanças do comportamento social, e que se apressavam em oferecer publicações especialmente *pasteurizadas* para o público feminino⁹.

Também em outros livros Nísia Floresta destaca o tema da educação, como em *Conselhos à minha filha* (1842), *A mulher* (1859) e *Opúsculo humanitário* (1853). Neste último, a autora revela o quanto conhecia da história da mulher em diversos países, avalia as escolas femininas de seu tempo, e ainda expõe um projeto educacional para tirar as mulheres da ignorância e da ociosidade. Nísia defende que o progresso (ou o atraso) de uma sociedade deve ser avaliado pela importância atribuída às mulheres, como também inúmeros filósofos e pensadores, o que vêm reiterar seu constante diálogo com o pensamento mais avançado de seu tempo.

Anos depois, em Porto Alegre, uma jovem escritora, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, publicava o livro *A filósopha por amor* (1845), que trazia, entre contos e versos, uma pequena peça teatral a respeito das reivindicações femininas. Em sua argumentação, a personagem Mariana repete inúmeras idéias que se encontram no primeiro livro de Nísia Floresta (por sinal reeditado em Porto Alegre, em 1833), tais como a convicção na capacidade da mulher para exercer cargos de comando, sua competência para estudar e o discernimento para opinar sobre momentos importantes do país, no caso, a Revolução Farroupilha¹⁰.

Apenas em meados do século XIX começam a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres. Os críticos chegam junto, considerando-a desde sempre uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinava-se ao segundo sexo... Mas, ainda assim, veremos o quanto aquelas páginas artesanais lograram avançar em direção à construção da identidade feminina. Em 1852, o público leitor do Rio de Janeiro deve ter se surpreendido com o lançamento do *Jornal das senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina radicada no Rio de Janeiro. O editorial do primeiro número expõe o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem e a buscarem um “melhoramento social e a emancipação moral”. Joana Manso acreditava na inteligência feminina e queria convencer a todos que “Deus deu à mulher uma alma e a fez igual ao homem e sua companheira”. Para ela, a elite brasileira não podia ficar isolada “quando o mundo inteiro marcha ao progresso” e “tende ao aperfeiçoamento moral e material da sociedade”. Como Nísia Floresta, Joana Manso também acusava os homens de egoísmo por considerarem suas mulheres apenas como “crianças mimadas”, ou “sua propriedade”, ou “bonecas” disponíveis ao prazer masculino. O pioneirismo do *O jornal das senhoras*, e suas colaboradoras tímidas e anônimas, representaram, ainda assim, um decisivo passo na longa trajetória das mulheres em direção à superação de seus receios e conscientização de direitos.

Outra escritora importante foi Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, editora de *O belo sexo*, publicado no Rio de Janeiro, em 1862. No primeiro número ela

declara estar consciente do pioneirismo de sua iniciativa e sua crença inabalável na capacidade intelectual da mulher. A novidade deste periódico é que as colaboradoras eram incentivadas a assinar seus trabalhos e participavam efetivamente do jornal, discutindo entre si os temas a serem publicados. Como eram mulheres da classe alta, faziam questão de divulgar que o lucro da venda do jornal era entregue à Imperial Sociedade Amante da Instrução, uma instituição de caridade para órfãos.

Segunda onda: ampliando a educação e sonhando com o voto

A segunda onda surge por volta de 1870, e se caracteriza principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. Talvez fosse o caso de considerá-la, por isso, menos literária e mais jornalística.

Dentre tantos, início com *O sexo feminino*, dirigido pela incansável Francisca Senhorinha da Mota Diniz, de longa vida e muito sucesso. Pesquisas revelam que o periódico teve três fases. A primeira, de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, já com a surpreendente tiragem de oitocentos exemplares e assinantes em diferentes cidades. A segunda, ocorre alguns anos depois, no Rio de Janeiro, de 1887 a 1889, para onde Francisca Senhorinha havia se transferido com a filha Elisa, tornando-se um nome conceituado junto à Corte. A filha, Elisa Diniz Machado Coelho, também jornalista e autora de romances-folhetim, fundou o Colégio Santa Isabel, para moças, que logo se torna um dos mais prestigiados da cidade. Em seus artigos, Francisca Senhorinha alertava às mulheres que o “grande inimigo” era a “ignorância de seus direitos”, que “a ciência dos homens” se encarregava de manter. E que apenas com a instrução seria possível “quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos rodeiam”. O sucesso do periódico pode ser avaliado quando se sabe que foram impressos mais quatro mil exemplares dos primeiros dez números para atender aos ilustres novos assinantes do Rio de Janeiro, como o Imperador D. Pedro II e a Princesa Isabel. Depois, entusiasmada com a Proclamação da República, mudou o nome do jornal para *O quinze de novembro do sexo feminino*, e passou a defender com mais ênfase o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho, e a denunciar a educação mesquinha oferecida às meninas. Era a terceira fase do periódico, que vai de 1890 a 1896¹¹.

Também outros jornais marcaram época, como o *Echo das damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que circulou no Rio de Janeiro de 1875 a 1885, defendendo a igualdade, o direito da mulher à educação, e divulgando as realizações femininas em outros países. Em 18 de abril de 1879, por exemplo, encontra-se que

Os Estados Unidos davam os mais aproveitáveis exemplos dos melhoramentos morais e materiais colhidos por uma nação que não apenas progredia em tecnologia e indústria, mas também cultivava a inteligência das mulheres.

Outros jornais surgiam, como *O domingo*, e o *Jornal das damas*, ambos em 1873, para atender às solicitações das brasileiras. E além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, traziam artigos clamando pelo ensino superior e o trabalho remunerado. Divulgavam idéias novíssimas como “a dependência econômica determina a subjugação” e “o progresso do país depende de suas mulheres”, apregoadas por incansáveis jornalistas que queriam convencer as leitoras de seus direitos à propriedade e ao trabalho profissional¹².

Dentre tantas jornalistas, destaco ainda Josefina Álvares de Azevedo (1851-?), que com mais ênfase vai questionar a construção ideológica do gênero feminino e exigir mudanças radicais na sociedade. *A família*, o jornal que dirigiu de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos. À frente do jornal, Josefina realizou um intenso trabalho de militância feminista, sendo incansável na denúncia da opressão, nos protestos pela insensibilidade masculina por não reconhecer o direito da mulher ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto, e em incentivar as compatriotas à ação:

Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida os tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil: e assim terão as nossas virtuosas e dignas compatriotas pelejado, com o recato e moderação naturais ao seu delicado sexo, pela bela idéia “Fazer da brasileira um modelo feminino de educação e cultura espiritual, ativa, distinta e forte”. (*A família*, ano I, n. especial)

Em 1878, Josefina Álvares conseguiu encenar sua peça *O voto feminino*, no Teatro Recreio, depois publicada em livro, o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país. Ao longo do ano de 1877, ela havia viajado por vários Estados, como Pernambuco, São Paulo e Bahia, fazendo palestras e divulgando seu jornal, enquanto lançava uma campanha nacional a favor do sufrágio. Nesta empreitada, conquistou tanto adeptas para suas causas, como inimigos rancorosos que a perseguiram implacavelmente através da imprensa¹³.

Se o Rio de Janeiro, como capital do Império e centro intelectual do país, concentrou o maior número de periódicos feministas, as demais regiões também tiveram seus periódicos, nem por isso menos significativos. Como *O corimbo*, de Porto Alegre, das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. Como o jornal teve uma vida surpreendentemente longa – foi publicado de 1884 até 1944 —, encontra-se em suas páginas a produção literária de várias gerações de escritoras e escritores. Os editoriais, geralmente assinados por Revocata Melo, costumavam trazer veementes apelos a favor do voto, à educação superior e à profissionalização feminina. *O corimbo* foi incansável na mobilização das mulhe-

res e na divulgação dos avanços em outros países, sempre incentivando as conterrâneas a fazerem o mesmo. Segundo Pedro Maia Soares, com o tempo, o jornal teria se tornado uma “caixa de ressonância do feminismo brasileiro”¹⁴, com o que concordamos totalmente.

Também editada fora do Rio de Janeiro, a revista *A mensageira*, que circulou na capital paulista de 1897 a 1900, teve importante participação na luta das mulheres brasileiras. Dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, esteve no cenário nacional tanto por sua ampla distribuição, como pelas idéias que defendia e as escritoras que nela colaboravam. Praticamente em todos os seus números encontra-se a defesa da educação superior e textos divulgando o feminismo. Em 15 de outubro de 1899, por exemplo, há um interessante comentário, intitulado “O feminismo”, que saudava a abertura do mercado de trabalho para as mulheres, nestes termos:

O *Diário popular* acaba de assentar praça nas fileiras do feminismo; e por esse arrojo, não regateamos aplausos à ponderada folha vespertina. O caso da Dra. Mirthes de Campos trouxe para o terreno dos fatos a questão abstrata dos direitos da mulher. E o Dr. Viveiros de Castro mostrou-se, mais uma vez, coerente consigo mesmo. Abrir também ao belo sexo a função da advocacia constitui um simples corolário da liberdade profissional, que a Constituição da República sabiamente consagrou. Não seria congruente que as nossas patrícias pudessem, como podem, conquistar nas academias um diploma científico e ficassem, ao mesmo tempo, privadas da eficácia desse diploma, tão duramente conquistado. Com que fundamentos vedariam à mulher o campo da atividade honesta, se a nossa péssima organização social não a pode muitas vezes salvar dos horrores da miséria ou das especulações do vício? (*A mensageira*, 15/10/1899)

E são dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários, no exterior e no país. E a cada nova médica ou nova advogada, a imprensa feminista expressava seu regozijo pela importante vitória “sobre os conceitos brutais da educação atrofiante, ainda infelizmente em vigor”¹⁵. Mas também a literatura, o teatro e a imprensa masculina se manifestavam, encarregando-se de ridicularizar as doutoras e insistindo que seria impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão. A resistência à profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos.

Enfim, movida por uma mesma força e um mesmo idealismo, esta imprensa terminou por criar – concretamente – uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual, e por configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina. Nas lúcidas palavras de Dulcília Buitoni, tais jornais e revistas tornaram-se um eficaz canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, tendo exercido ainda uma função “conscientizadora, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer”¹⁶.



“Em 1878, Josefina Álvares conseguiu encenar sua peça O voto feminino, no Teatro Recreio, depois publicada em livro, o que faz dela uma das primeiras mulheres a defender o direito ao voto e à cidadania no país.”

Terceira onda: rumo à cidadania

Com toda essa preparação, é de se esperar o tamanho da onda que se segue. O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias.

Muitos nomes se destacam, entre eles o de Bertha Lutz (1894-1976), formada em Biologia pela Sorbonne, que vai se tornar uma das mais expressivas lideranças na campanha pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Durante anos Bertha foi incansável nos discursos, nas audiências com parlamentares, e na redação de textos inflamados, como o que publicou na *Revista da semana*, em 1918, denunciando a opressão das mulheres e propondo a criação de uma associação para “canalizar todos os esforços isolados”. Com outras companheiras, logo fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que se disseminou em praticamente todos os Estados e resistiu por quase cinquenta anos.

Também Maria Lacerda de Moura (1887-1945) estava iniciando sua luta pela “libertação total da mulher”, com a publicação de *Em torno da educação*, em 1918, que reafirma a instrução como fator indispensável para a mulher transformar sua vida. Formada pela Escola Normal de Barbacena, desde os primeiros escritos revelou interesse pela luta feminina e o sofrimento do povo brasileiro. Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, mas logo deixou o grupo para abraçar a causa do operariado. Quando esteve na presidência da Federação Internacional Feminina, propôs a inclusão no currículo das escolas femininas da curiosa disciplina “História da mulher, sua evolução e missão social”. Era adepta do amor livre, a favor da educação sexual e contra a moral vigente. Seu livro, *A mulher é uma degenerada?*, teve três edições desde 1924, tal a repercussão e a polêmica que alcançou nos meios letrados do país. Escritora lúcida, inteligente e engajada, Maria Lacerda desafiou e enfrentou a sociedade de seu tempo, mantendo-se sempre íntegra e coerente¹⁷.

A década de 1920 foi particularmente pródiga na movimentação de mulheres. Além de um feminismo burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, viu ainda emergir nomes vinculados a um movimento anarco-feminista, que propunham a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à idéia do voto para a mulher.

Resumidamente, lembro algumas personalidades dessa época tão contraditória. A primeira é Leolinda Daltro, líder de um grupo de feministas que optou por ocupar os espaços públicos e chamar sempre a atenção para suas reivindicações. Após várias passeatas barulhentas, e de muita pressão junto aos políticos,

conseguiram que um deles, o Senador Justo Chermont, apresentasse o primeiro projeto de lei em favor do sufrágio. Tal fato repercutiu tanto, e representou uma ameaça tão expressiva, que os antifeministas do Senado, da Câmara e da imprensa se uniram numa campanha sistemática de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que as apoiavam, conseguindo atrasar o processo e arrastar a campanha do voto até 1928. Os argumentos continuavam os mesmos e expressavam a concepção masculina de família, de lar doméstico – onde a mulher era “rainha – e dos “sagrados” deveres femininos, considerados incompatíveis com qualquer participação na esfera pública¹⁸.

Outra inesquecível foi Ercília Nogueira Cobra (1891-1938), que no importante ano da Semana de Arte Moderna, lançava seu primeiro livro, *Virgindade inútil – novela de uma revoltada* (1922), dando início a uma obra polêmica que pretendia discutir a exploração sexual e trabalhista da mulher, e provocou intenso debate e muita crítica entre os contemporâneos. Ercília publicou ainda *Virgindade anti-higiênica – Preconceitos e convenções hipócritas* (1924) e *Virgindade inútil e anti-higiênica – novela libelística contra a sensualidade egoísta dos homens* (1931), tendo sido detida várias vezes pelo Estado Novo, chegando a ser presa por suas idéias.

De outra natureza eram as publicações de Diva Nolf Nazário, acadêmica de Direito e secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, que lançou em 1923 o livro *Voto feminino e feminismo*, contando uma importante página desta história. Diva Nolf reproduz inúmeros artigos a respeito do voto e dos direitos políticos da mulher que haviam sido publicados na imprensa (como *A cigarra*, *Vida moderna*, *Jornal do commercio* e *Revista feminina*, entre outros), e faz comentários lúcidos e pertinentes a cada um deles. É possível conhecer, através de seu livro, as diversas opiniões que circulavam na época sobre o tema, bem como os argumentos favoráveis e contrários.

E chegou finalmente o ano de 1927. O governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, antecipou-se à União e aprovou uma lei em seu Estado dando o direito ao voto às mulheres, para regozijo nacional das feministas. A terra de Nísia Floresta saía na frente e impunha-se como provocação para as demais províncias. Imediatamente, as mais combativas militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em todos os Estados em que estava representada, ocuparam as tribunas para aclamar a iniciativa e exigir o mesmo direito. É lançado um manifesto à nação, ora chamado de *Manifesto feminista*, ora de *Declaração dos direitos da mulher*, que vem assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, entre muitas outras de importantes famílias políticas, como Clotilde de Mello Vianna, a esposa do Vice-Presidente da República, nos seguintes termos:

As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais, os sexos

são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos pra o outro, e, conseqüentemente, pra a Nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; a autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; as noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça; sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor¹⁹.

Mas apesar das passeatas, dos artigos nos jornais e das dezenas de conferências públicas, foi preciso esperar ainda alguns anos. Foi possível, inclusive, assistir à eleição da primeira prefeita, Alzira Soriano (1897-1963), em 1929, no município de Lajes, interior do Rio Grande do Norte, derrotando o adversário, um conhecido coronel da região, com 60% dos votos, e tornando-se a primeira mulher prefeita da América do Sul. A indicação de seu nome para concorrer às eleições pelo Partido Republicano havia sido uma sugestão de Bertha Lutz, que a conhecera numa reunião de políticos, por ocasião de sua viagem ao Rio Grande do Norte em companhia de Juvenal Lamartine. A eleição de Alzira Soriano repercutiu até no exterior e foi notícia em jornais dos Estados Unidos, Argentina e Uruguai²⁰.

Apenas em 1932, Getúlio Vargas cede aos apelos e incorpora ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, excluindo os analfabetos; e o Brasil passava a ser o quarto país nas Américas, ao lado do Canadá, Estados Unidos e Equador, a conceder o voto às mulheres. Mas a alegria durou pouco: Vargas decide suspender as eleições e as mulheres só vão exercer o direito conquistado na disputa eleitoral de 1945.

No campo literário, as escritoras feministas se destacavam. Em 1921, Rosalina Coelho Lisboa (1900-1975) conquistava o primeiro prêmio no concurso literário da Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão*, e era saudada pela imprensa, principalmente a mais interessada, como um “triumfo da intelectualidade feminina brasileira”, tal o ineditismo que representava. Rosalina Lisboa tinha sido educada em sua própria casa por professores estrangeiros, e desde cedo colaborava em revistas literárias defendendo a participação da mulher na política, e a igualdade de direitos entre os sexos. Participou do Congresso Femi-

nino Internacional, em 1930, em Porto Alegre, como representante da Paraíba, e foi a primeira mulher a ser designada pelo governo brasileiro para uma missão cultural no exterior, no caso, Montevidéu, em 1932.

Também Gilka Machado (1893-1980) publicou, em 1918, um livro de poemas eróticos, *Meu glorioso pecado*, logo considerado um escândalo por afrontar à moral sexual patriarcal e cristã. Como poucas escritoras de seu tempo, Gilka promoveu a ruptura dos paradigmas masculinos dominantes e contribuiu para a emancipação da sexualidade feminina. Ao vencer um concurso literário do jornal *A imprensa*, então dirigido por José do Patrocínio Filho, teve seu trabalho estigmatizado e considerado “imoral” por críticos mais conservadores. Além de poetisa talentosa, participou dos movimentos em defesa dos direitos das mulheres, principalmente ao lado de Leolinda Daltro, com quem criou o utópico Partido Republicano Feminino, em 1910, quando ainda era remota a idéia do voto, sendo sua segunda-secretária²¹.

Saindo do eixo do Rio de Janeiro, Mariana Coelho se impõe como a “Beauvoir tupiniquim”, como a chamou Zahidé Muzart, em seu estudo sobre a feminista paranaense. Mariana Coelho publicou *A evolução do feminismo*: subsídios para a sua história, em 1933, que representa uma importantíssima e lúcida contribuição à história intelectual da mulher brasileira. Além de revelar enorme erudição, pois transita com desenvoltura por diversos campos ao fazer a retrospectiva do movimento feminista na Europa e no Brasil, a autora inaugura uma espécie de feminismo-pacifista, que ainda hoje surpreende. Sua original opinião sobre a Primeira Guerra, como a “mola propulsora e infalível” do movimento feminista e do espírito cívico da mulher, por si só recomenda o livro. Segundo a abalizada opinião de Zahidé Muzart,

Como texto engajado, como texto de luta, ainda pode impressionar-nos hoje, pois já no século XXI, nem de longe, ainda, nos libertamos dos flagelos a que ela se refere, sobretudo o das guerras. O feminismo de Mariana Coelho nasceu de seu altruísmo, de seu “mar de amor”, pois preocupada com o futuro dos povos, atirados numa guerra sangrenta, preconiza antes de mais nada a paz. Daí que seu feminismo esta profundamente entranhado com esta causa, ao lê-la, conclui-se que a paz não pode vir senão pela procura da felicidade de todos, ou seja, os miseráveis terão de ter um lugar à mesa de banquete dos ricos. Idéias, como se vê, extremamente atuais e até hoje, deploravelmente não conseguidas²².

Impõe-se também falar de Rachel de Queiroz, grande nome da literatura brasileira, que há décadas mantém um público atento e renovado, seja para seus romances, seja para sua extensa produção no campo da crônica jornalística. Em estudo sobre a escritora, Eduardo de Assis Duarte afirma que,

A obra – e a vida – de Rachel de Queiroz figuram como índices precisos, espécie de marcos ou emblemas do processo de emancipação social da mulher brasileira no século XX. Esta poderia ser apenas mais uma surrada frase

de efeito, caso o Brasil não fosse um país onde boa parte das mulheres, dos negros, dos índios e dos pobres em geral convive com a ausência dos requisitos mínimos para o exercício da cidadania, e onde se constata facilmente que esse processo de emancipação ainda está longe de se concluir. O fato de a maioria social da mulher – e de todos os excluídos – ser entre os brasileiros pouco menos que uma utopia dá à obra de Rachel de Queiroz, e também à sua vida, o preciso relevo de fenômeno cuja caminhada teve seus passos acertados com o relógio da História²³.

Como outras mulheres, Rachel colocou-se na vanguarda de sua época ao penetrar no mundo das letras, na redação dos jornais e na célula partidária, espaços entranhadamente masculinos. A estréia em livro, ocorrida em 1930, com o romance *O quinze*, que trata do drama dos flagelados e de agudas questões sociais, provocou tal impacto nos meios literários que houve até quem duvidasse de sua identidade, como confessou o escritor Graciliano Ramos:

O quinze caiu de repente ali por meados de 1930 e fez nos espíritos estragos maiores que o romance de José Américo, por ser livro de mulher e, o que na verdade causava assombro, de mulher nova. Seria realmente de mulher? Não acreditei. Lido o volume e visto o retrato no jornal, balancei a cabeça: Não há ninguém com esse nome. É pilhéria. Uma garota assim fazer romance! Deve ser pseudônimo de sujeito barbado.

Depois, conheci *João Miguel* e conheci Raquel de Queirós, mas ficou-me durante muito tempo a idéia idiota de que ela era homem, tão forte estava em mim o preconceito que excluía as mulheres da literatura. Se a moça fizesse discursos e sonetos, muito bem. Mas escrever *João Miguel* e *O quinze* não me parecia natural²⁴.

Não era para menos. Na narrativa de *O quinze*, por exemplo, ao lado de homens fragilizados pela exploração antiqüíssima e à catástrofe da seca, a personagem feminina exibe traços de emancipação e prefere viver sozinha, “pensando por si”, do que aceitar um casamento tradicional. Em *João Miguel*, são as mulheres do povo que rejeitam a reificação, se entregam à libido e reagem ferindo a face os homens que as abandonam com filhos pequenos. Elódia Xavier, em estudo sobre a trajetória ficcional da escritora, afirma, a propósito de *As três Marias*, que as personagens representam vários aspectos da condição feminina “como a repressão sexual e a falta de perspectivas existenciais”, e que, ao tomarem contato com a realidade “se defrontam com a monotonia e a estreiteza do casamento burguês, como ‘destino de mulher’, citando Simone de Beauvoir”²⁵. Mas, apesar de tantas personagens roubando a cena ficcional e também de sua própria trajetória de vida, Rachel de Queiroz nunca vai admitir a legitimidade do movimento feminista. E, ironicamente, vai caber a ela, em 1977, inaugurar a Academia Brasileira de Letras.

Termino com Adalzira Bittencourt (1904-1976), advogada, escritora e feminista, que organizou no Palace Hotel do Rio de Janeiro, em 1946, a Primeira

Exposição do Livro Feminino, obtendo muita repercussão na imprensa. No ano seguinte, ela repetiu o evento em São Paulo, na Biblioteca Mário de Andrade, reunindo mais de mil livros de quinhentas e sessenta escritoras. Os jornais registraram que pelo menos cem escritoras estiveram presentes, e o enorme sucesso de público. Durante os quinze dias da Exposição, foram realizadas palestras sobre a mulher na história e na música, sobre o divórcio, o papel da imprensa, e a literatura de autoria feminina, entre outras. Adalzira Bittencourt foi uma incansável divulgadora da causa da mulher, sempre preocupada com a construção da memória feminina brasileira²⁶.

Quarta onda: revolução sexual e literatura

E chegamos aos anos setenta: o momento da onda mais exuberante, a que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e tornar as reivindicações mais ousadas em algo normal. 1975 torna-se o Ano Internacional da Mulher, logo estendido por todo o decênio (de 1975 a 1985), tal o estado de penúria da condição feminina, e tantas as metas para eliminar a discriminação. Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho. O “8 de Março” é finalmente declarado Dia Internacional da Mulher, por iniciativa da ONU, e passa a ser comemorado em todo o país de forma cada vez mais organizada. Segundo Eva Blay, o sacrifício das trabalhadoras americanas estava tão incorporado ao “imaginário coletivo da luta das mulheres”, que era justo o estabelecimento desta data.

Enquanto nos outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação do sexo e pela igualdade de direitos, no Brasil o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que elas se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. Mas ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. “Nosso corpo nos pertence” era o grande mote, que recuperava, após mais de sessenta anos, as inflamadas discussões que socialistas e anarquistas do início do século XX haviam promovido sobre a sexualidade. O planejamento familiar e o controle da natalidade passam a ser pensados como integrantes das políticas públicas. E a tecnologia anticoncepcional torna-se o grande aliado do feminismo, ao permitir à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso. Aliás, o “ficar” das atuais gerações parece ser o grande efeito comportamental desta quarta onda.

Novamente surge uma imprensa dirigida por mulheres que o momento demandava. Em 1975 é fundado o jornal *Brasil mulher*, porta-voz do recém criado Movimento Feminino pela Anistia; e, em 1976 surge o periódico *Nós mulheres*, que logo se assume como feminista e vai circular por quase três anos.

Os dois jornais enfrentam as questões polêmicas daqueles tempos atribulados como a anistia, o aborto, a mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, a dupla jornada e a prostituição, trazendo ainda muitas matérias sobre a sexualidade, o preconceito racial, a mulher na literatura, no teatro e no cinema. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, o primeiro número de *Nós mulheres* teria sido financiado pela cantora Elis Regina, falecida em 1982, também identificada com o ideário feminista. Alguns anos depois era a vez do *Mulherio*, criado em 1981, em São Paulo, por iniciativa de feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas. Rapidamente a publicação alcança enorme prestígio nos meios universitários, e no seu terceiro número contava com mais de três mil assinaturas. Nas variadas seções havia desde denúncias de violência, da discriminação contra a mulher negra, à política do corpo, à amamentação, ao trabalho feminino e à vida das operárias e da periferia das grandes cidades, e também a produção cultural de escritoras e artistas e os endereços de grupos feministas de todo o país. Alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira.

Destaco Rose Marie Muraro, entre inúmeros nomes, pelos muitos livros que publicou, inclusive em pleno regime militar, e pela atuação firme e coerente em toda sua vida, assumidamente feminista. Rose Muraro foi a responsável pela vinda ao Brasil da escritora norte-americana Betty Friedan, cuja passagem no Rio de Janeiro pode ser comparada a um maremoto de proporções inimagináveis. A ontológica entrevista ao *Pasquim*, assim como o massacre verbal que ambas sofreram, são por demais conhecidos. Como também são sobejamente conhecidas a força e a determinação de Muraro para impor suas idéias e sua permanente disponibilidade para o debate. Em 1975, ela havia fundado, com outras companheiras, o Centro da Mulher Brasileira, entidade pioneira do novo feminismo nacional. Dentre seus trabalhos, lembro a importante pesquisa que realizou sobre a sexualidade da mulher brasileira, em que considerou não apenas a diversidade de nossas regiões, como a experiência diferenciada das camadas sociais no que diz respeito ao corpo e ao prazer. A repercussão de tal trabalho no momento em que foi divulgado, o ano de 1983, foi decisiva para o debate acadêmico e a orientação de outras pesquisas²⁷.

No campo político, as mulheres começam a ocupar espaço nos partidos e a disputar as eleições, nas diversas instâncias do poder, mas não ainda no ritmo desejado. E mesmo nas últimas décadas do século XX assistimos a todo instante o registro de “pioneiras”, pois a mídia não se cansa de noticiar as conquistas femininas que ocorrem a todo instante. Um dia é a primeira prefeita de uma grande capital, em outro é a primeira governadora, ou senadora, ministra, e por aí vai. Na década de 1980, grupos feministas ultrapassaram as divergências partidárias e se aliaram às vinte e seis deputadas federais constituintes – o “charmoso” “lobby

do batom” – como forma de garantir avanços na Constituição Federal, tais como a desejada igualdade de todos brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

No campo literário, algumas escritoras se posicionavam frente ao governo ditatorial, revelando com coragem suas posições políticas, como Nélida Piñon, que participou da redação do Manifesto dos 1000 contra a censura e a favor da democracia no Brasil. Em 1981, a escritora lançava o livro *Sala de armas*, composto de contos aparentemente distintos mas que se estruturavam em torno dos encontros e desencontros amorosos. Mais tarde, Nélida tornou-se a primeira mulher a tomar posse como presidente da Academia Brasileira de Letras, e apenas bem recentemente declarou-se feminista. Inúmeras outras escritoras poderiam ser lembradas pela reflexão que seus textos e personagens suscitam nas leitoras, como Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector, Sônia Coutinho, Hilda Hilst, Helena Parente Cunha, Marina Colasanti, Lya Luft, entre outras, muitas outras²⁸.

No final da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980, um movimento muito bem articulado entre as feministas universitárias, alunas e professoras, promoveu a institucionalização dos estudos sobre a mulher, tal como ocorria na Europa e nos Estados Unidos, e sua legitimação diante dos saberes acadêmicos, através da criação de núcleos de estudos, da articulação de grupos de trabalho e da organização de congressos, colóquios e seminários para provocar a saudável troca entre as pesquisadoras. É desta época a criação do Grupo de Trabalho sobre Estudos da Mulher da Anpocs, e do Grupo de Trabalho Mulher na Literatura, da Anpoll; assim como a criação do NEM – Núcleo de Estudos sobre a Mulher, da PUC-RJ; do Neim – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na UFBA; do Nielm – Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Mulher na Literatura, da UFRJ; e do Nemge – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero, da USP; entre muitos outros que se multiplicaram nas diferentes instituições de ensino superior, enfrentando resistências e desconfianças para cumprir a função de agregar os(as) interessados(as) na temática, promover o desenvolvimento da pesquisa e do estudo de temas relevantes para as mulheres, e principalmente, impulsionar a publicação de trabalhos e preencher a enorme carência bibliográfica de que todos se ressentiam..

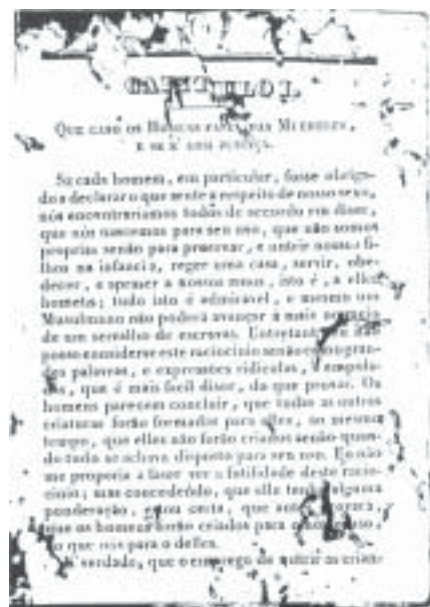
Conclusão

A partir dos anos de 1990, à medida que a revolução sexual era assimilada à vida cotidiana, as bandeiras feministas sofrem com a gradual acomodação da militância e o arrefecimento de uma história que começava a ser escrita. Em tempos de globalização selvagem, em que os saberes instituídos parecem ter a textura da areia movediça, tal seu caráter difuso e maleável, feministas continuam assimilando novidades trazidas do exterior, subdivididas em interesses fragmentados das comunidades acadêmicas, e permitem que o feminismo saia dos holofotes e se dilua em meio aos estudos culturais ou estudos gays.

Reprodução

 <p>ALZIRA SORIANO</p> <p>Deixei assim após a aprovação da lei que permitia o voto feminino o Rio Grande do Norte, mas uma mulher poderia entrar para a política pública do país. Aos 31 anos, Alzira Soriano foi eleita prefeita da municipalidade de Lajes com 60% dos votos e fica conhecida como a primeira administradora municipal do Brasil. A gestão acabou com a Revolução de 30, quando preferiu deixar o cargo e permanecer na oposição. Mesmo assim exerceu qualquer outro cargo político, continuou trabalhando em Lajes, onde indicava sempre candidatas nas eleições eleitorais. Alzira teve três filhas e ficou viúva aos 22 anos. Morreu em 28 de maio de 1967, de câncer.</p>	 <p>NÍSIA FLORESTA</p> <p>Ela não ocupou qualquer cargo político, mas é dita como a maior líder feminina do Rio Grande do Norte. Nísia Floresta nasceu em 12 de outubro de 1816, no povoado de Papari, Rio Grande do Norte. Filha de um advogado português, Dionísio Gonçalves Pinto (nome de batismo de Nísia Floresta) escreveu em 1833, o livro "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens" e pela primeira vez usou como Nísia Floresta Brasileira Augusta. Morreu na França em 1885, vítima de prostração. Nísia sempre esteve envolvida na luta pela igualdade.</p>
---	--

FONTE: DIÁRIO DE NÁEIL, edição especial 1999.



Há quem defenda inclusive, que estes seriam tempos “pós-feministas”, pois as reivindicações (teoricamente) estariam atendidas e ninguém ousa negar a presença das mulheres na construção social dos novos tempos. Se o prefixo “pós” estiver sendo empregado (e lido) como explicitando uma fase posterior ao feminismo – agora ultrapassado e fora de moda – não posso concordar com a expressão. Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Basta que lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física.

Com certeza vivemos outros e novos tempos, e o movimento feminista parece atravessar um necessário e importante período de amadurecimento e reflexão. O que não se sabe é como retornará na próxima onda. Aliás, nem mesmo é possível saber se haverá outra onda, que formato e dimensões poderia ter.

Notas

- 1 Mariana Coelho. *A evolução do feminismo. Subsídios para a sua história*, p. 44.
- 2 Em importante ensaio publicado na *Revista USP*, de mar.-mai. 2001, p. 82 “Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres”, Eva Blay propõe três momentos para o movimento feminista brasileiro, o primeiro compreendendo o século XIX; o segundo abarcando os anos de 1930 e a conquista do voto; e o terceiro os anos de 1970. Por uma questão principalmente didática (e política), sugiro que a movimentação das mulheres durante o século XIX seja subdividida em duas etapas.
- 3 Em prefácio ao *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de Nísia Floresta (São Paulo, Cortez, 1989), Eva Blay já afirmava que “o movimento de reivindicação das mulheres, avaliado ao longo da História, tem períodos de florescimento e outros de refluxo”. (*op. cit.*, p. 12)
- 4 Cf. “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar”. Em *História da Literatura, teorias, temas e autores*, p. 267.
- 5 Cf. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, pp. 35-44.
- 6 Nos textos “Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft, diálogo e apropriação” (Em *Literatura e feminismo, propostas teóricas e reflexões crítica*, p. 85) e “Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft, diálogo ou apropriação?” (Em *O eixo e a roda*, pp. 153-164), discuto estas questões com mais profundidade.
- 7 Cf. Posfácio, de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*.
- 8 Lembro a feliz expressão (‘mulheres educadas’) de Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes, em *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro – século XIX*. (São Paulo, T.A. Queiroz, 1989). Resultado de importante pesquisa, o livro informa que, de 1840 a 1890, teriam vivido, principalmente no Rio de Janeiro, cerca de noventa e nove escritoras e tradutoras.
- 9 *Espelho diamantino* (Rio de Janeiro 1827), *Jornal de variedades* (Recife, 1827), *Espelho das brasileiras* (Recife, 1830), onde, inclusive, Nísia Floresta inicia sua vida literária, e *Relator de novelas* (Recife, 1838), foram alguns desses periódicos. Outros surgiram depois, sempre com notícias de moda, de bailes e teatro e evitando temas polêmicos. Quando se manifestavam sobre a emancipação, costumavam se posicionar contrários, pois a liberdade da mulher não devia ser igual à do homem “porque, para a mulher, a religião é tudo, e sua influência se manifesta em todos os seus atos, em todos os seus passos”. (*O leque*, Rio de Janeiro, 16/1/1887).
- 10 Cf. *Escritoras brasileiras séc. XIX*. Antologia, p. 162.
- 11 Cf. Dulcília Buitoni, *Mulher de papel*, pp. 222-225; e HAHNER, June, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, pp. 60-65.
- 12 Virginia Woolf também vai defender, anos depois, a tese de que toda mulher, especialmente a que queria ser escritora, devia ter ‘um teto todo seu’.
- 13 Josefina Álvares de Azevedo publicou *A mulher moderna*, trabalhos de propaganda (1891); *Galeria ilustre, mulheres célebres* (1897); *Retalhos* (1890). Sobre a autora, recomendo *O florete e a máscara*, de Valéria Andrade Souto-Maior, (Florianópolis, Mulheres, 2001).

- 14 Cf. *Escritoras brasileiras do século XIX*, p. 893.
- 15 Cf. *A família*, 30 de novembro de 1889.
- 16 Cf. *Imprensa feminina*, p. 33.
- 17 Publicou ainda *Renovação* (1919), *A mulher e a maçonaria* (1922), *A mulher hodierna e seu papel na sociedade atual e na formação da civilização futura* (1923), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Amái e... não vos multipliqueis* (1932), entre outros. Mais informações em *Outra face do feminismo, Maria Lacerda de Moura* (São Paulo, Ática, 1984), de Miriam L. Moreira Leite, e no vídeo “Maria Lacerda de Moura – trajetória de uma rebelde”. Direção de Ana Lúcia Ferraz e Miriam Moreira Leite. São Paulo, Fapesp/USP, 32 minutos.
- 18 Cf. June Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas – 1850-1937*, p. 113
- 19 Cf. Irede Cardoso, *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*, p. 34.
- 20 Em seu governo, Alzira Soriano realizou obras de infra-estrutura e diversas melhorias na vida da população do município. Por ocasião da Revolução de 1930, recusou o cargo de interventora municipal e afastou-se da Prefeitura, dedicando-se a fazer oposição ao novo governo. A partir de 1945, candidatou-se novamente pelo Partido Social Democrata (PSD), sendo eleita vereadora, cargo que exerceu em diversos mandatos, nunca perdendo uma eleição. Até 1958 ela liderava a bancada da UDN. Mais informações em *Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos, primeira mulher eleita prefeita na América do Sul*, de Heloisa Galvão Pinheiro de Sousa (Natal, CCHLA/UFRN, 1993).
- 21 O ingresso das mulheres nos cursos superiores prosseguia no velho ritmo nacional. Números apresentados por Irede Cardoso, em *Os tempos dramáticos da mulher brasileira* são reveladores. No ano de 1929, por exemplo, havia em todo o país, no curso de Medicina, 5.789 homens matriculados e 72 mulheres, das quais apenas quatro concluíram o curso. Em Odontologia eram 680 homens e 71 mulheres, das quais treze se formaram. Em Filosofia e Letras eram 62 homens e três mulheres, e apenas uma chegou ao final. Em Ciências Jurídicas e Sociais havia 3.180 homens matriculados e vinte mulheres, e duas concluíram. Em Engenharia Civil havia 2.007 homens e 24 mulheres, e uma se formou. Em Arquitetura, havia 23 homens matriculados e uma mulher, que abandonou o curso. Em Agronomia e Veterinária havia 970 homens e dez mulheres, das quais duas concluíram. O Curso de Música vai ser exceção, havia 616 homens matriculados para 4.910 mulheres e, entre os formandos, 31 eram homens e 588 mulheres. Cf. *op. cit.*, p. 27.
- 22 Cf. Prefácio “A cidade das mulheres – Mariana Coelho uma feminista brasileira”. Em Mariana Coelho, *A evolução do feminismo*. Subsídios para a sua história, p. 15.
- 23 Cf. “Rachel de Queiroz – literatura e política no feminino”. *Anais do V Seminário Nacional Mulher & Literatura*, C. L. Duarte (org.), p. 81.
- 24 Cf. Graciliano Ramos, *Linhas tortas*, São Paulo, Record, 1980, p. 137.
- 25 Cf. “Trajetória ficcional de Rachel de Queiroz”, Em *Anais do V Seminário Nacional Mulher & Literatura*, C.L. Duarte (org.), p. 86.
- 26 Entre outros importantes trabalhos, Adalzira Bittencourt publicou, *Mulheres e livros* (1948), *A mulher paulista na história* (1954); *Sua Excia. a presidente do Brasil* (1938); *Ana Pimentel, governadora; Antologia de letras femininas* (1948); e o *Dicionário de*

- mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil* (3 vols., 1972), que não concluiu.
- 27 Cf. Rose Marie Muraro, *Sexualidade da Mulher brasileira, corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- 28 Dentre inúmeros trabalhos que analisam a obra de escritoras contemporâneas, cito, *Tudo no feminino*. A mulher e a narrativa brasileira contemporânea, organizado por Elódia Xavier (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991); e *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*, de Nelly Novaes Coelho (São Paulo, Siciliano, 1993).

Referências bibliográficas

- BUITONI, Dulcília S. *Mulher de papel. A representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Loyola, 1981.
- _____. *Imprensa feminina*. São Paulo, Ática, 1986.
- CARDOSO, Irede. *Os tempos dramáticos da mulher brasileira*. São Paulo, Centro Editorial Latino-Americano, 1981. (Coleção História Popular, n. 2)
- COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo, subsídios para a sua história*. 2 ed. Org. Zahidé L. Muzart. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.
- COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Siciliano, 1993.
- DICIONÁRIO Mulheres do Brasil, de 1500 até a atualidade*, biográfico e ilustrado. SCHUMAHER, Schuma e BRASIL, Érico Vital (orgs.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- DUARTE, Constância L. *Nísia Floresta, vida e obra*. Natal, UFRN, 1995.
- _____. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft, “Diálogo e apropriação”. Em RAMALHO, Christina (org.). *Literatura e feminismo, propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro, Elo, 1999.
- _____. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft, “Diálogo ou apropriação?” Em *O eixo e a roda*. Revista de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, vol. 7, 2001.
- _____. (org.) *Anais do V Seminário Nacional Mulher & Literatura*. Natal, UFRN, 1995.
- DUARTE, Eduardo de Assis. “Rachel de Queiroz – literatura e política no feminino”. Em DUARTE, C. L. (org.), *Anais do V Seminário Nacional Mulher & Literatura*. Natal, UFRN, 1995, pp. 81-85.
- FLORESTA, Nísia. *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo, Cortez, 1989.
- HÄHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo, Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984.
- MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher brasileira, corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.

- MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Antologia. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/Edunisc, 1999.
- _____. “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar”. Em MOREIRA, Maria Eunice (org.). *História da Literatura, teorias, temas e autores*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.
- PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.
- REVISTA USP. Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo n. 1 (mar./mai.1989). São Paulo, USP/ CCS, mar.-mai. 2001. (Dossiê Política e Participação).
- SOUSA, Heloisa Galvão Pinheiro de. *Luiza Alzira Teixeira de Vasconcelos Soriano, primeira mulher eleita prefeita na América do Sul*. Natal, CCHLA/ UFRN, 1993.
- SOUTO-MAIOR, Valéria A. *O florete e a máscara*. Florianópolis, Mulheres, 2001.
- XAVIER, Elódia (org.). *Tudo no feminino*. A mulher e a narrativa brasileira contemporânea. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1991.
- _____. *Declínio do patriarcado*. A família no imaginário feminino. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1998.
- _____. “Trajetória ficcional de Rachel de Queiroz”. Em DUARTE, C. L. (org.). *Anais do V Seminário Nacional Mulher & Literatura*. Natal, UFRN, 1995, pp. 86-88.

RESUMO – BREVE reflexão a respeito da trajetória do movimento feminista no Brasil e da literatura de autoria feminina, com a intenção de identificar momentos representativos deste diálogo, a inserção do pensamento feminista na prática literária de nossas escritoras, a interiorização da perspectiva feminista e a historicização do conceito. O presente texto contém ainda uma proposta de compreensão do movimento feminista no país.

ABSTRACT – A brief reflection regarding the trajectory of the feminist movement in Brazil and the literature authored by women, the goal is to identify the representative moments of this dialogue, the insertion of the feminist thought in the literary practice of our women writers, the internalization of the feminist perspective, as well as the historicity of the concept. Yet the present text also contains a proposal to comprehend the feminist movement in the country.

Constância Lima Duarte é Doutora em Literatura Brasileira pela USP, professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, e pesquisadora do CNPq. Dentre os livros publicados sobre o tema mulher e literatura estão *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de Nísia Floresta Brasileira Augusta. (São Paulo, Cortez, 1989); *Nísia Floresta, vida e obra* (Natal, UFRN, 1995); *Cintilações de uma alma brasileira, de Nísia Floresta*. (Introdução e notas. Florianópolis, Mulheres, 1997); e a Coleção Mulher & Literatura, composta de seis volumes (co-autoria; Belo Horizonte, UFMG, 2002).

Texto recebido e aceito para publicação em 16 de setembro de 2003.